

Segunda-feira, 2 de Março de 2026

• DESTAQUE •

Leia matéria especial ao final deste boletim

- ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA - EPM

Curso: **"Atualização em Direito à Saúde Suplementar (3º Núcleo de Estudos em Direito à Saúde Pública e Suplementar)"**

PÚBLICO-ALVO: Magistrados(as) da ativa e aposentados do TJSP, sem prejuízo da possibilidade de ingresso posterior de novos membros, a depender da capacidade/disponibilidade de acesso eletrônico. Também serão disponibilizadas vagas a magistrados(as) de outros tribunais estaduais ou regionais, caso haja vaga.

PERÍODO DO CURSO: 25/03/2026 até 13/11/2026. Quarta-feira, das 10 às 12h e Sexta-feira, das 9 às 12h

INSCRIÇÕES: de 19/2/2026 a 22/3/2026 - [CLIQUE AQUI](#)

• STJ e CNJ •

- [**Tribunais implantam práticas que contribuem com a proteção de crianças e adolescentes**](#)

9/2/26 - Pais de crianças e jovens acolhidos em instituições nem sempre possuem consciência da violação de direitos que seus filhos e filhas sofreram, nem sabem como agir para que possam voltar ao convívio da família. Essa foi a constatação a que chegaram magistrados e magistradas do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), que inspirou o [projeto Sinônimo de Amor é Cuidar](#).

- [**Metodologia de pesquisa sobre judicialização da saúde é tema de seminário no CNJ**](#)

24/2/26 - Com o tema "Diagnósticos da Judicialização da Saúde Pública e Suplementar no Brasil", o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza, no dia 26/2, às 16h30, o primeiro Seminário de Pesquisas Empíricas Aplicadas às Políticas Judiciárias de 2026. Na ocasião, o diagnóstico será apresentado a pesquisadores, Grupos de Pesquisas Judiciárias (GPJs), magistrados e servidores do Poder Judiciário. Os interessados poderão se inscrever até o dia do evento por meio do [link](#) disponibilizado na página do CNJ. O debate está previsto para ocorrer na Plataforma Cisco Webex com transmissão pelo [canal do CNJ no YouTube](#).

- [**Reconhecimento de paternidade socioafetiva póstuma não exige manifestação formal do pai**](#)

26/2/26 - A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por maioria, que o reconhecimento póstumo da paternidade socioafetiva não depende da manifestação formal de vontade do pretenso pai. Segundo o colegiado, o estado de filho reconhecido publicamente é suficiente para configurar o vínculo.

- **[Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência destaca articulação entre sistemas de Justiça e de Saúde](#)**

5/2/26 - O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) integrou, hoje (5), evento da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, promovido pelo Ministério da Saúde e realizado em Brasília para fortalecer os fluxos de atendimento, difundir orientações uniformes e aprimorar a articulação entre os sistemas de Justiça e de Saúde. Tribunais, órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo e representantes da sociedade civil participaram dos debates. Confira o [vídeo da transmissão](#).

- **[Autorização eletrônica de viagem para crianças e adolescentes](#)**

7/2/26 - A Autorização Eletrônica de Viagem (AEV), instituída pelo [Provimento nº 38/21](#) da Corregedoria Geral da Justiça, pode ser emitida para crianças e adolescentes até 16 anos para viagens nacionais e internacionais de jovens desacompanhados de um de seus pais ou de ambos, a ser emitida, exclusivamente, por intermédio do [Sistema de Atos Notariais Eletrônicos – e-Notariado](#).

- **[TJSP reconhece abandono afetivo e fixa reparação aos filhos](#)**

20/2/26 - A 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo responsabilizou homem por abandono afetivo dos dois filhos e fixou indenização, por danos morais, no valor total de R\$ 30 mil.

- **[Uso off-label não constitui impedimento para cobertura de medicamento, decide TJSP](#)**

22/2/26 - A 1ª Turma do Núcleo 4.0 em Segundo Grau do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve sentença da 16ª Vara Cível da Capital que determinou que plano de saúde custeie medicamento para uso off-label (ou seja, fora das previsões da bula) a paciente. A decisão inclui, ainda, pagamento de indenização por danos morais de R\$ 10 mil.

• M I G A L H A S •

- **[O ECA digital e o paradoxo do olhar](#)**

3/2/26 - A criança nasce sem forma, literalmente sem o ego, organizador da realidade humana. Um ser sem contorno emocional, sem narrativa sobre si mesmo. O que a transforma em alguém é o olhar do outro. O primeiro espelho em que a pessoa se enxerga.

- **[CNJ: É competência do juiz definir prioridade quando há mais de um critério legal](#)**

26/2/26 - Em decisão proferida pelo CNJ, a responsabilidade pela definição da ordem de prioridade no julgamento de processos que envolvam múltiplos critérios legais de preferência recairá sobre o juiz ou a juíza responsável pelo caso.

- **[Senado aprova PL que acaba com a relativização de estupro de vulnerável](#)**

26/2/26 - O plenário do Senado aprovou, nesta quarta-feira, 25, o PL 2.195/24, que estabelece a presunção absoluta de vulnerabilidade da vítima nos casos de estupro de vulnerável e impede a relativização da condição da pessoa menor de 14 anos, reforçando a proteção legal. A proposta segue para sanção presidencial.

- **[Desembargadores do TRF-5 reconhecem o direito ao medicamento Skyclarys](#)**

27/2/26 - Em recente decisão, o TRF-5 - Tribunal Regional Federal da 5ª região confirmou, por unanimidade, o direito ao fornecimento do medicamento Skyclarys (Omaveloxolona) a uma paciente portadora de Ataxia de Friedreich. O desembargador relator chancelou a tutela de urgência anteriormente concedida na primeira instância e fixou um importante precedente para a concessão dessa medicação.

- **Juiz pode acessar Infojud para verificar situação de quem pede gratuidade**

12/2/26 - A utilização do [sistema Infojud](#) pelo magistrado para averiguar a real situação econômica da parte que pediu a [gratuidade de Justiça](#) é legítima, desde que feita com finalidade processual específica e sob regime de confidencialidade.

- **Escola integral não pode atrapalhar terapia de aluno com deficiência**

18/2/26 - A jornada de [ensino integral](#) não pode ser um empecilho para terapias essenciais para a saúde e o desenvolvimento do estudante, sob pena de violação da [Lei de Diretrizes e Bases da Educação \(LDB\)](#).

- **Flagrante de contagem de porções de drogas não confirma tráfico, decide STI**

19/2/26 - O fato de uma pessoa ser flagrada contando porções de drogas não basta para concluir que ela seja traficante, e não mera usuária. Sem provas de mercancia, deve-se desclassificar a conduta para porte para consumo pessoal.

- **Direito à saúde justifica extensão de salvo-conduto coletivo para uso de cannabis**

23/2/26 - O direito à saúde e a omissão estatal sobre o uso medicinal da cannabis justificam a extensão de salvo-conduto a novos pacientes. Se eles têm a mesma condição fático-jurídica dos beneficiados anteriormente, aplica-se a regra de extensão de efeitos do Código de Processo Penal.

- **Dispensa de custas em cobrança de honorários se aplica a preparo recursal**

25/2/26 - Implementada pela [Lei 15.109/2025](#), a nova regra [que dispensa o advogado](#) de adiantar o pagamento de custas processuais em ações de cobrança de honorários deve ser interpretada de modo abrangente. A dispensa alcança o [preparo recursal](#), que é o pagamento de custas exigido para que um recurso seja admitido e analisado pelo tribunal.

- **Tema 1.255: honorários e Fazenda no STF**

25/2/26 - Pela relevância de que são revestidas, há questões processuais-tributárias cuja solução não pode fugir à interpretação literal e sistemática dos dispositivos legais aplicáveis, sob pena de haver pleno desvirtuamento do contexto dogmático em que criados. O Tema 1.255 da repercussão geral é desse tipo. Discute-se se é constitucional fixar honorários sucumbenciais por equidade em causas de elevado valor econômico envolvendo a Fazenda Pública, fora das hipóteses expressamente previstas no Código de Processo Civil. O caso está sob exame do STF e, por estar em repercussão geral, a sua solução projetará efeitos bem além do processo que lhe deu origem.

- **Benefício para adoção de crianças e jovens de abrigos é constitucional, decide TJ-RJ**

25/2/26 - Lei que institui benefício para famílias que adotem crianças ou adolescentes de abrigos não viola a isonomia, pois busca incentivar o acolhimento de jovens que costumam ser rejeitados. Com esse entendimento, o Órgão Especial do [Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro](#) declarou a constitucionalidade do artigo 2º da Lei estadual 3.499/2000.

- [Juíza derruba regra sobre aparência de alunos em escola cívico-militar](#)

12/2/26 - Uma juíza do Tribunal de Justiça de São Paulo ([TJSP](#)) determinou a suspensão do regimento das escolas cívico-militares da gestão [Tarcísio de Freitas](#) (Republicanos). A decisão, em caráter liminar, dá 48 horas para que o documento que regras de comportamento e aparência dos alunos — como corte de cabelos e uso de piercing — seja derrubado, sob pena de multa.

- [TJ-MG usou 'distinguishing' para absolver ao menos 41 réus por estupro de vulnerável em 4 anos](#)

26/2/26 - Ao menos 41 acórdãos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) utilizaram o princípio jurídico do "distinguishing" para absolver réus condenados por estupro de vulnerável entre 2022 e 2026, segundo levantamento do g1.

- [Judiciário aposta em conciliação para conter judicialização da saúde](#)

26/2/26 - Pela primeira vez desde o início da série histórica, a judicialização da saúde apresentou queda no número de novos processos no país. Dados do Painel de Estatísticas Processuais de Direito à Saúde indicam redução global de quase 1% nas ações protocoladas. O recuo foi puxado principalmente pela saúde pública, que registrou diminuição de 6%, enquanto a saúde suplementar teve alta de 6% — ainda assim, o menor índice desde 2020.

